

RICARDO ALEXANDRE

DIREITO TRIBUTÁRIO

19ª
EDIÇÃO

revista,
atualizada
e ampliada

2025



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	39
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	45
1.1 O Direito Tributário como Ramo do Direito Público	46
1.2 Atividade Financeira do Estado	48
1.3 Definição de Tributo	53
1.3.1 Prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir	53
1.3.2 Prestação compulsória	56
1.3.3 Prestação que não constitui sanção de ato ilícito	57
1.3.4 Prestação instituída em lei	59
1.3.5 Prestação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada	59
1.3.6 Destinação legal do produto da arrecadação de tributos	61
1.4 Os Tributos em Espécies	62
1.4.1 A determinação da natureza jurídica específica do tributo	63
1.4.2 Os impostos	67
1.4.2.1 A criação dos impostos	70
1.4.2.2 Os impostos e o princípio da capacidade contributiva	71
1.4.3 As taxas	72
1.4.3.1 Taxas de polícia	73
1.4.3.2 Taxas de serviço	75
1.4.3.2.1 Serviços públicos específicos e divisíveis	75
1.4.3.2.2 Utilização efetiva ou potencial de serviços públicos	80
1.4.3.3 A base de cálculo das taxas	81

1.4.3.4	Taxas e preços públicos – Notas distintivas	86
1.4.4	As contribuições de melhoria	89
1.4.4.1	Requisitos para instituição e cobrança	93
1.4.4.2	O cálculo da contribuição de melhoria	94
1.4.5	Os empréstimos compulsórios	96
1.4.5.1	Competência, casos e forma de instituição	97
1.4.5.2	Destinação da arrecadação	99
1.4.5.3	Restituição	100
1.4.6	As contribuições especiais	101
1.4.6.1	Contribuições sociais	106
1.4.6.1.1	Contribuições de seguridade social	106
1.4.6.1.2	Outras contribuições sociais	110
1.4.6.1.3	Contribuições sociais gerais	111
1.4.6.1.3.1	A contribuição para o salário-educação ...	112
1.4.6.1.3.2	As contribuições criadas pela Lei Complementar nº 110/2001	113
1.4.6.1.3.3	As contribuições para os serviços sociais autônomos	114
1.4.6.2	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	118
1.4.6.3	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas – Contribuições corporativas	122
1.4.6.3.1	Contribuições corporativas para o custeio das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas	122
1.4.6.3.2	Contribuição sindical	126
1.4.6.4	Contribuição para os Serviços de Iluminação Pública e Monitoramento dos Logradouros Públicos – COSIMP	128
1.4.6.5	Contribuição sobre Produtos Primários e Semielaborados – CPPS	133
1.5	Classificações Doutrinárias dos Tributos	136
1.5.1	Quanto à discriminação das rendas por competência: federais, estaduais ou municipais	136
1.5.2	Quanto ao exercício da competência impositiva: privativos, comuns e residuais	137

1.5.3	Quanto à finalidade: fiscais, extrafiscais e parafiscais	137
1.5.4	Quanto à hipótese de incidência: vinculados e não vinculados	138
1.5.5	Quanto ao destino da arrecadação: de arrecadação vinculada e de arrecadação não vinculada	139
1.5.6	Quanto à possibilidade de repercussão do encargo econômico-financeiro: diretos e indiretos	140
1.5.7	Quanto aos aspectos objetivos e subjetivos da hipótese de incidência: reais e pessoais	141
1.5.8	Quanto às bases econômicas de incidência – A classificação do CTN	141
2.	LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	145
2.1	A Relação Tributária como Relação Jurídica	146
2.2	As Garantias como Rol Não Exaustivo	147
2.3	Quando as Garantias Configuram Cláusulas Pétreas	147
2.3.1	As limitações que constituem garantias individuais do contribuinte	147
2.3.2	As limitações que constituem proteção a outras cláusulas pétreas	148
2.4	Princípios ou Regras?	150
2.5	A Legalidade	151
2.5.1	Demais matérias sujeitas à reserva legal	151
2.5.2	Exceções ao princípio	152
2.5.3	Legalidade e delegação legislativa	157
2.5.4	Legalidade e medida provisória	161
2.6	Princípio da Isonomia	163
2.6.1	Acepções do princípio	163
2.6.2	A isonomia tributária na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	164
2.6.2.1	Percepção cumulativa de valores – Discriminação entre quem recebe rendimentos no momento adequado e quem os recebe em atraso	165
2.6.2.2	A contribuição previdenciária dos servidores inativos – Discriminação de servidores de diferentes esferas	167
2.6.2.3	Discriminação com base na função ou ocupação exercida	168

2.6.2.4	Discriminação entre as empresas lucrativas e deficitárias	168
2.6.2.5	O Simples – Discriminação entre empresas com base na atividade exercida	169
2.6.2.6	Discriminação na concessão de parcelamento de débitos referentes à COFINS	170
2.6.2.7	Contribuições para o PIS/PASEP – Discriminação entre empresas privadas e empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista)	172
2.6.2.8	Lei de Repatriação – Discriminação entre os detentores de cargos públicos e eletivos e as demais pessoas	173
2.6.2.9	Imposto de renda sobre pensões e proventos – Discriminação entre residentes no Brasil e residentes no exterior	174
2.6.3	Isonomia e capacidade contributiva	175
2.6.3.1	A progressividade nos impostos reais	176
2.6.3.2	A concretização do princípio da capacidade contributiva em face dos direitos individuais do contribuinte	179
2.7	O princípio da não surpresa	182
2.7.1	Princípio da irretroatividade	185
2.7.1.1	Irretroatividade e CSLL	186
2.7.1.2	Irretroatividade e IR	188
2.7.1.3	Inexistência de exceções ao princípio da irretroatividade	190
2.7.2	Princípio da anterioridade do exercício financeiro	191
2.7.2.1	Exceções à anterioridade do exercício financeiro	193
2.7.2.2	Anterioridade e revogação de benefícios fiscais	195
2.7.2.3	Anterioridade e medidas provisórias	197
2.7.3	Princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena	197
2.7.3.1	Noventena e medidas provisórias	201
2.7.3.2	Exceções à noventena	203
2.8	Princípio do Não confisco	205
2.8.1	A configuração do efeito confiscatório	206
2.8.2	Perspectivas dinâmica e estática da tributação do patrimônio	209
2.8.3	Pena de perdimento e confisco	211

2.8.4	Taxas e princípio do não confisco	211
2.8.5	Multas e princípio do não confisco	212
2.9	Princípio da Liberdade de Tráfego	215
2.10	Vedações Específicas à União – a Proteção ao Pacto Federativo	217
2.10.1	O princípio da uniformidade geográfica da tributação	217
2.10.2	Princípio da uniformidade da tributação da renda – Vedação à utilização do IR como instrumento de concorrência desleal	219
2.10.3	Princípio da vedação às isenções heterônomas	220
2.10.3.1	Isenções heterônomas constitucionalmente permitidas	221
2.10.3.2	O caso da isenção decorrente de tratado internacional	222
2.11	Princípio da Não discriminação Baseada em Procedência ou Destino	225
2.12	O princípio da indisponibilidade do interesse público e a Concessão de Benefícios Fiscais	226
2.12.1	Exigência de lei específica para a concessão de benefícios fiscais	227
2.12.2	Concessão de benefícios fiscais relativos ao ICMS	230
2.13	Princípio da simplicidade	238
2.14	Princípio da transparência	240
2.15	Princípio da justiça tributária	241
2.16	Princípio da cooperação	242
2.17	Princípio da defesa do meio ambiente	244
2.18	Imunidades	246
2.18.1	Diferenciação de institutos assemelhados	246
2.18.2	Imunidades e isenções	248
2.18.3	Classificações doutrinárias das imunidades tributárias	251
2.18.3.1	Quanto ao parâmetro para concessão: imunidades subjetivas, objetivas e mistas	251
2.18.3.2	Quanto à origem: ontológicas e políticas	253
2.18.3.3	Quanto ao alcance: gerais e específicas	253
2.18.3.4	Quanto à forma de previsão: explícitas e implícitas	254

2.18.3.5	Quanto à necessidade de regulamentação: incondicionadas e condicionadas	255
2.18.4	As imunidades tributárias em espécie	255
2.18.4.1	A imunidade tributária recíproca	256
2.18.4.1.1	Extensão da imunidade recíproca a empresas públicas e sociedades de economia mista	257
2.18.4.1.2	A imunidade recíproca em face da exploração de atividade econômica	261
2.18.4.1.3	A imunidade recíproca e os casos de arrendamento e cessão de uso de bem público	266
2.18.4.1.4	A imunidade recíproca e a Ordem dos Advogados do Brasil	269
2.18.4.1.5	Preocupação constitucional de coibir a elisão fiscal	271
2.18.4.1.6	A imunidade dos Estados estrangeiros	272
2.18.4.1.7	Outras decisões do Supremo Tribunal Federal	273
2.18.4.2	A imunidade tributária religiosa	274
2.18.4.3	A imunidade tributária dos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades educacionais e assistenciais sem fins lucrativos	278
2.18.4.3.1	Vinculação do patrimônio, da renda e dos serviços dos entes imunes às suas finalidades essenciais	279
2.18.4.3.2	Regulamentação legal da imunidade	283
2.18.4.3.3	Possibilidade de entidade religiosa gozar da imunidade das entidades assistenciais	285
2.18.4.3.4	A imunidade e as entidades fechadas de previdência social privada	287
2.18.4.4	A imunidade tributária cultural	290
2.18.4.5	Imunidade tributária da música nacional	294
2.18.4.5.1	Detalhamento do objeto da imunidade	295
2.18.4.5.2	Tributos abrangidos	298
2.18.5	Demais imunidades previstas na CF/1988	298

3. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA & LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	301
3.1 Competência para Legislar sobre Direito Tributário e Competência Tri- butária – Diferenças	302
3.1.1 Competência para legislar sobre Direito Tributário	302
3.1.1.1 O Código Tributário Nacional como norma geral em matéria tributária – Teoria da recepção	304
3.1.1.2 A regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar	306
3.1.1.3 As disposições sobre conflitos de competência	307
3.1.2 Competência tributária	309
3.1.3 Repartição da competência tributária	312
3.1.3.1 Competência tributária privativa	313
3.1.3.2 Competência tributária compartilhada	315
3.1.3.3 Competência tributária comum	316
3.1.3.4 Competência tributária cumulativa	319
3.1.3.5 Bitributação e bis in idem	320
3.1.3.5.1 Bis in idem	320
3.1.3.5.2 Bitributação	321
3.2 Legislação Tributária	324
3.2.1 Leis	326
3.2.1.1 Leis em sentido estrito	326
3.2.1.2 Medidas provisórias	328
3.2.1.3 Leis delegadas	328
3.2.1.4 Resoluções do Senado Federal	328
3.2.1.5 Decretos legislativos	330
3.2.1.6 Decretos-leis	330
3.2.2 Tratados e convenções internacionais	330
3.2.2.1 Impacto do tratado internacional sobre o direito interno	331
3.2.2.2 Tratados internacionais e a legislação tributária super- veniente – A visão do STF	333
3.2.2.3 Tratados normativos e contratuais e a legislação tri- butária superveniente – A visão do STJ	334

3.2.2.4	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)	335
3.2.3	Decretos	337
3.2.4	Normas complementares	337
3.2.4.1	Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas	338
3.2.4.2	Decisões dos órgãos coletivos e singulares de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa	338
3.2.4.3	Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas	340
3.2.4.4	Convênios que entre si venham a celebrar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios	342
3.3	Vigência e Aplicação da Legislação Tributária	343
3.3.1	Validade, vigência e eficácia – noções gerais	343
3.3.2	Vigência da legislação tributária no CTN	346
3.3.2.1	Vigência espacial	347
3.3.2.1.1	A extraterritorialidade prevista em convênio de cooperação	348
3.3.2.1.2	A extraterritorialidade prevista em norma geral nacional	348
3.3.2.2	Vigência temporal	349
3.3.2.3	O art. 104 do CTN e o princípio da anterioridade	352
3.3.3	Aplicação da legislação tributária	353
3.3.3.1	Princípio da irretroatividade no CTN	353
3.3.3.2	Exceções legais ao princípio da irretroatividade	355
3.3.3.2.1	Lei expressamente interpretativa	355
3.3.3.2.2	Lei mais benéfica acerca de infrações e penalidades	360
4.	INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	363
4.1	Noções Gerais de Interpretação	363
4.2	Critérios de Interpretação	364
4.2.1	Interpretação quanto à fonte	365
4.2.2	Interpretação quanto aos efeitos ou resultados	366
4.3	Interpretação da Legislação Tributária no Código Tributário Nacional	367

4.3.1	A interpretação necessariamente literal de determinados institutos	368
4.3.2	A interpretação benigna em matéria de infrações	372
4.3.3	Princípios de Direito Privado e princípios de Direito Público	374
4.4	O Princípio do Pecunia Non Olet	378
4.5	Integração da Legislação Tributária	379
4.5.1	Técnicas de integração	380
4.5.2	Discrecionalidade interpretativa e limitações ao uso das técnicas de integração	382
5.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	385
5.1	Considerações Iniciais	385
5.2	Obrigação Tributária Principal	387
5.3	Obrigação Tributária Acessória	388
5.3.1	Conceito, objeto e características	388
5.3.2	Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias	390
5.4	Teoria do Fato Gerador	395
5.4.1	Fato gerador da obrigação principal	397
5.4.2	Fato gerador da obrigação acessória	397
5.4.3	Fato gerador e princípio da legalidade	398
5.4.4	O momento da ocorrência do fato gerador	401
5.4.4.1	Fato gerador definido com base em situação de fato	402
5.4.4.2	Fato gerador definido com base em situação jurídica	402
5.4.4.3	As situações jurídicas condicionadas	403
5.5	Elementos Subjetivos da Obrigação Tributária	405
5.5.1	Sujeito ativo da obrigação tributária	405
5.5.2	Sujeito passivo da obrigação tributária	410
5.5.3	Solidariedade	413
5.5.3.1	Tipos de solidariedade	414
5.5.3.2	Características da solidariedade	416
5.5.4	Capacidade tributária passiva	419
5.6	Domicílio Tributário	421

6.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	425
6.1	Considerações iniciais	425
6.2	Modalidades de Responsabilidade	427
6.3	Responsabilidade por Transferência	429
6.4	Responsabilidade por Substituição	430
6.4.1	Substituição tributária regressiva	430
6.4.2	Substituição tributária progressiva	432
6.4.2.1	A constitucionalidade da sistemática da substituição progressiva	434
6.4.2.2	A questão da restituição	437
6.4.3	Substituição tributária concomitante	441
6.5	Disciplina Legal da Responsabilidade por Sucessão	442
6.5.1	A responsabilidade do adquirente de bens imóveis	443
6.5.1.1	A apresentação de certidão negativa	445
6.5.1.2	A arrematação em hasta pública	446
6.5.1.3	A aquisição originária de propriedade	447
6.5.2	A responsabilidade do adquirente ou remitente de bens móveis	448
6.5.3	A responsabilidade na sucessão causa mortis	449
6.5.4	A responsabilidade na sucessão empresarial	454
6.5.4.1	A responsabilidade na fusão, incorporação, transformação, cisão e extinção de pessoas jurídicas	456
6.5.4.2	Os casos de extinção da sociedade	459
6.5.4.3	A responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento	460
6.6	Responsabilidade de terceiros	465
6.6.1	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação regular	465
6.6.2	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação irregular	469
6.6.3	Responsabilidade de terceiros e incidente de desconsideração da personalidade jurídica	477
6.7	Responsabilidade por Infrações	478
6.7.1	Responsabilidade pessoal do agente	483
6.7.2	Denúncia espontânea de infrações	485

7. CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO	493
7.1 Crédito Tributário e Lançamento	493
7.1.1 Competência para lançar	496
7.1.2 Lançamento como atividade vinculada	499
7.1.3 Legislação material e formal aplicável ao procedimento de lançamento	499
7.1.4 Taxa de câmbio aplicável ao procedimento de lançamento	502
7.1.5 Alteração do lançamento regularmente notificado	503
7.1.5.1 Impugnação pelo sujeito passivo	503
7.1.5.2 Recurso de ofício e recurso voluntário	504
7.1.5.3 Iniciativa de ofício da autoridade administrativa	505
7.1.6 Erro de direito e erro de fato – Possibilidade de alteração do lançamento	506
7.2 Modalidades de Lançamento	509
7.2.1 Lançamento de ofício ou direto	510
7.2.2 Lançamento por declaração ou misto	511
7.2.2.1 Retificação de declaração	514
7.2.2.2 Lançamento por arbitramento	515
7.2.3 Lançamento por homologação ou “autolancamento”	517
7.2.4 Modalidades de lançamento e autonomia	520
8. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	521
8.1 Considerações Iniciais	521
8.2 Depósito do Montante Integral	524
8.3 Reclamações e Recursos no Processo Administrativo Fiscal	527
8.4 Liminar em Mandado de Segurança	531
8.5 Liminar ou Tutela Antecipada em outras Espécies de Ação Judicial	533
8.6 Moratória	535
8.6.1 Moratória parcelada e parcelamento – Diferenciação	537
8.6.2 Créditos abrangidos pela moratória	539
8.6.3 Moratória individual e direito adquirido	539
8.7 Parcelamento	542

9. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	549
9.1 Considerações Iniciais	549
9.1.1 Pagamento	553
9.1.1.1 Cumulatividade das multas	553
9.1.1.2 Pagamento e presunções civilistas	554
9.1.1.3 Local e prazo para pagamento	555
9.1.1.4 Efeitos da mora em Direito Tributário	556
9.1.1.4.1 Juros de mora, multa de mora e correção monetária – diferenças	556
9.1.1.4.2 Termo inicial da fluência de juros e da multa de mora	557
9.1.1.4.3 Processo administrativo de consulta	558
9.1.1.5 Forma de pagamento	558
9.1.1.6 Imputação em pagamento	560
9.1.1.7 Pagamento indevido e repetição de indébito	562
9.1.1.7.1 Restituição de tributo indireto	563
9.1.1.7.2 Restituição de tributo direto pago em virtude de obrigação contratual	568
9.1.1.7.3 Restituição de juros e multas	569
9.1.1.7.4 Termo inicial da fluência de juros e correção monetária na restituição	570
9.1.1.7.5 Prazo para pleitear restituição no âmbito administrativo	577
9.1.1.7.6 Prazo na extinção não contenciosa do crédito	578
9.1.1.7.7 Prazo na extinção contenciosa do crédito	580
9.1.1.7.8 Prazo para pleitear a restituição no âmbito judicial	582
9.1.2 Compensação	585
9.1.3 Transação	594
9.1.4 Remissão	595
9.1.5 Decadência	597
9.1.5.1 Regra geral	601

9.1.5.2	Regra da antecipação de contagem	602
9.1.5.3	Regra da anulação de lançamento por vício formal ...	602
9.1.5.4	Regra do lançamento por homologação	605
9.1.5.4.1	A tese dos “cinco mais cinco”	607
9.1.5.4.2	O entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça	609
9.1.5.4.3	O prazo decadencial e as contribuições para a Seguridade Social	611
9.1.6	Prescrição	613
9.1.6.1	Interrupção do prazo prescricional	617
9.1.6.1.1	O despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal	617
9.1.6.1.2	O protesto judicial e a constituição em mora	619
9.1.6.1.3	A confissão de dívida	619
9.1.6.2	Suspensão do prazo prescricional	621
9.1.7	Conversão do depósito em renda	626
9.1.8	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento	627
9.1.9	Consignação em pagamento julgada pela procedência	627
9.1.10	Decisão administrativa irreformável	630
9.1.11	Decisão judicial passada em julgado	631
9.1.12	Dação em pagamento em bens imóveis	634
10.	EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	637
10.1	Considerações Iniciais	637
10.1.1	Isenção	638
10.1.2	Anistia	644
11.	GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	647
11.1	A Questão Terminológica	647
11.2	As Garantias como Rol Não Exaustivo	648
11.2.1	Renda e patrimônio do sujeito passivo respondendo pelo crédito tributário	649

11.2.2	Presunção de fraude na alienação ou oneração de bens ou rendas	652
11.2.3	A “penhora on-line”	654
11.2.4	Exigência de prova da quitação de tributos – As garantias indiretas	657
11.3	Os Privilégios	660
11.3.1	Regra geral	660
11.3.2	Regras aplicáveis aos processos de falência e concordata	660
11.3.3	Regras aplicáveis aos processos de inventário e arrolamento	665
11.3.4	Regras aplicáveis aos processos de liquidação judicial ou voluntária	665
11.3.5	Autonomia do executivo fiscal	666
11.3.6	Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de Direito Público	668
12.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	671
12.1	Considerações Iniciais	671
12.2	Fiscalização	672
12.2.1	Poderes das autoridades fiscais	672
12.2.2	Os deveres das autoridades fiscais	678
12.2.2.1	O dever de documentar o início do procedimento	679
12.2.2.2	O dever de manter sigilo e suas exceções	680
12.2.2.2.1	A transferência do sigilo	680
12.2.2.2.2	A divulgação das informações	682
12.2.2.2.3	A permuta de informações sigilosas entre entes tributantes	688
12.3	Dívida Ativa	691
12.4	Certidões Negativas	695
12.4.1	Certidões positivas com efeitos de negativas	696
12.4.2	Dispensa da apresentação de certidão negativa	697
12.4.3	Responsabilidade por expedição de certidão com erro	698
12.5	A utilização de meios indiretos de cobrança e a vedação às sanções políticas	700

13. IMPOSTOS FEDERAIS	705
13.1 Imposto sobre a Importação – II	706
13.1.1 Fato gerador	706
13.1.2 Base de cálculo	710
13.1.3 Contribuintes	711
13.1.4 Lançamento	712
13.1.5 Regimes aduaneiros especiais e regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais	712
13.1.6 Visão geral do imposto	717
13.2 Imposto de Exportação – IE	717
13.2.1 Fato gerador	718
13.2.2 Base de cálculo	718
13.2.3 Contribuintes	719
13.2.4 Lançamento	719
13.2.5 Regimes aduaneiros especiais na exportação	720
13.2.6 Visão geral do imposto	721
13.3 Imposto de Renda – IR	721
13.3.1 Princípios constitucionais aplicáveis ao IR	722
13.3.2 Fato gerador	724
13.3.3 Base de cálculo	727
13.3.3.1 Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ	727
13.3.3.2 Imposto de Renda das Pessoas Físicas – IRPF	728
13.3.4 Contribuintes	730
13.3.5 Lançamento	730
13.3.6 Visão geral do imposto	731
13.4 Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	731
13.4.1 Seletividade	732
13.4.2 Não cumulatividade	734
13.4.3 Imunidades	740
13.4.4 Incentivo na aquisição de bens de capital	740
13.4.5 Fato gerador	741

13.4.6	Base de cálculo	745
13.4.7	Contribuintes	745
13.4.8	Lançamento	746
13.4.9	Visão geral do imposto	746
13.5	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	747
13.5.1	IOF sobre o ouro	747
13.5.2	Fato gerador	749
13.5.3	Base de cálculo	750
13.5.4	Contribuintes	750
13.5.5	Lançamento	750
13.5.6	Visão geral do imposto	750
13.6	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR	751
13.6.1	Progressividade	752
13.6.2	Imunidade das pequenas glebas	753
13.6.3	Possibilidade de delegação da fiscalização e cobrança	754
13.6.4	Fato gerador	754
13.6.5	Base de cálculo	756
13.6.6	Contribuintes	757
13.6.7	Lançamento	757
13.6.8	Visão geral do imposto	757
13.7	Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF	758
13.8	Imposto Seletivo – IS	759
13.8.1	O papel da lei complementar	760
13.8.2	Legalidade, anterioridade e noventena	761
13.8.3	Regramento constitucional	762
13.8.3.1	Imunidades	762
13.8.3.2	Incidência monofásica	763
13.8.3.3	Incidência “por fora”	764
13.8.3.4	Autorização para bitributação e <i>bis in idem</i>	766
13.8.3.5	Alíquotas específicas ou <i>ad valorem</i>	767
13.8.3.6	Incidência sobre a extração de recursos minerais	768

13.8.4	Fato gerador	768
13.8.5	Base de cálculo	770
13.8.6	Contribuintes	771
13.8.7	Lançamento	772
13.8.8	Visão geral do imposto	772
14.	IMPOSTOS ESTADUAIS	775
14.1	Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação – ITCMD	777
14.1.1	A fixação de alíquotas máximas pelo Senado Federal – Vinculação e progressividade	777
14.1.2	Definição do Estado (ou Distrito Federal) competente para a cobrança	778
14.1.3	Fato gerador	781
14.1.4	Base de cálculo	782
14.1.5	Contribuintes	782
14.1.6	Lançamento	783
14.1.7	Doações imunizadas	783
14.1.8	Visão geral do imposto	785
14.2	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS	785
14.2.1	O conceito de mercadoria	787
14.2.2	Os serviços tributados pelo ICMS	790
14.2.2.1	A tributação dos serviços de transporte e suas diversas vias	790
14.2.2.2	Serviços de comunicação, serviços de valor adicionado e atividades preparatórias	794
14.2.3	Seletividade	796
14.2.4	Não cumulatividade	797
14.2.5	A fixação das alíquotas interestaduais e de exportação	803
14.2.6	O ICMS nas operações interestaduais	805
14.2.7	O ICMS nas importações	814
14.2.8	ICMS e operações de <i>leasing</i>	817
14.2.9	ICMS e as operações de comodato na importação	821

14.2.10	A tributação conjunta de mercadorias e serviços	822
14.2.11	Imunidades	824
14.2.11.1	Exportações	824
14.2.11.2	Combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo e energia elétrica	826
14.2.11.3	Outras imunidades	829
14.2.12	ICMS sobre combustíveis e lubrificantes	829
14.2.13	Concessão de benefícios fiscais de ICMS	831
14.2.14	Fatos geradores	832
14.2.15	Bases de cálculo	836
14.2.16	Contribuintes	837
14.2.17	Lançamento	838
14.2.18	Visão geral do imposto	838
14.3	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	839
14.3.1	Disposições constitucionais sobre o IPVA	840
14.3.2	Fato gerador, base de cálculo e contribuintes do IPVA	842
14.3.3	Lançamento	844
14.3.4	Visão geral do imposto	844
15.	IMPOSTOS MUNICIPAIS	845
15.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	846
15.1.1	Progressividade fiscal em razão do valor do imóvel	846
15.1.2	Progressividade extrafiscal	848
15.1.3	Diferenciação de alíquotas de acordo com o uso e a localização do imóvel	849
15.1.4	Fato gerador	850
15.1.5	Base de cálculo	853
15.1.6	Contribuinte	854
15.1.7	Lançamento	857
15.1.8	Visão geral do imposto	858
15.2	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI	858
15.2.1	Definição do Município competente para a cobrança	860

15.2.2	A imunidade nos eventos societários	860
15.2.3	Imunidade na transferência decorrente de reforma agrária	863
15.2.4	Fato gerador	864
15.2.5	Base de cálculo	865
15.2.6	Contribuinte	867
15.2.7	Lançamento	867
15.2.8	Visão geral do imposto	867
15.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	868
15.3.1	Regime de alíquotas e concessão de benefícios do ISS	870
15.3.2	Isenção heterônoma nas exportações	874
15.3.3	Fato gerador	875
15.3.4	Sujeito ativo	875
15.3.5	Base de cálculo	878
15.3.6	Contribuinte	878
15.3.7	Lançamento	878
15.3.8	Visão geral do imposto	878

16. IVA DUAL: IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS – IBS E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS – CBS

16.1	Reforma Tributária e adoção do modelo de IVA dual	882
16.2	Identidade estrutural de IBS e CBS	884
16.3	Princípio da neutralidade	886
16.4	Disposições constitucionais comuns a CBS e IBS	887
16.4.1	Amplitude conceitual da expressão “bens e serviços”	887
16.4.2	Incidência nas importações	889
16.4.3	Imunidade nas exportações	890
16.4.4	Legislação nacional única e regime de alíquotas	890
16.4.4.1	Alíquotas de referência	891
16.4.5	Princípio da não cumulatividade	892
16.4.6	Adoção do sistema de crédito financeiro	894
16.4.7	Cálculo “por fora”	897
16.4.8	Restrição à concessão de benefícios fiscais	899

16.4.9	Regimes específicos de tributação	899
16.4.9.1	Combustíveis e lubrificantes	900
16.4.9.2	Serviços financeiros	905
16.4.10	Regimes favorecidos de tributação	907
16.4.10.1	Redução de alíquota	909
16.4.10.2	Concessão de isenção e de crédito presumido	914
16.4.11	Imunidade na radiodifusão de recepção livre e gratuita	916
16.4.12	Sujeitos passivos	916
16.4.13	<i>Split payment</i>	918
16.4.14	Desoneração completa da aquisição de bens de capital	921
16.4.15	Uniformidade do tratamento dos regimes aduaneiros especiais e das zonas de processamento de exportação	925
16.4.16	Compras governamentais	926
16.4.17	Dupla oneração como requisito para uso de crédito	929
16.4.18	Adoção do mecanismo de <i>cashback</i>	930
16.5	A tributação pelo IBS “no destino”	933
16.6	Processo administrativo fiscal	937
16.7	Comitê gestor do IBS	938
16.7.1	Instauração, financiamento e composição	939
16.7.2	Competências	940
16.7.3	Deliberações	942
16.8	Regime jurídico de transição	943
16.8.1	Transição para o contribuinte	943
16.8.1.1	Implementação dos novos tributos	944
16.8.1.2	Extinção dos tributos substituídos	947
16.8.1.3	Marcos temporais na transição para o contribuinte	949
16.8.1.4	Aproveitamento dos saldos credores	949
16.8.2	Transição para os entes federados	951
16.8.2.1	Alíquotas de referência	951
16.8.2.2	Mecanismos de trava à carga tributária	954
16.8.2.3	Migração para o princípio do destino	957

16.8.2.4 Seguro-receita	960
16.8.3 Zona Franca de Manaus	962
16.9 Fato gerador	962
16.10 Base de Cálculo	965
16.11 Contribuintes	967
16.12 Lançamento	970
16.13 Visão geral	970
17. REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS	971
17.1 Noções gerais	971
17.2 Terminologia Adotada	972
17.3 Espécies de Repartição	973
17.4 Tributos cujas Receitas estão sujeitas À Repartição	974
17.5 Impostos cujas Receitas não são Repartidas	975
17.6 Casos de Repartição Direta Previstos na Constituição Federal de 1988	975
17.6.1 Repartição direta do IOF-Ouro com o Distrito Federal ou com os Estados e Municípios	975
17.6.2 Repartição direta de receitas da União com os Estados e o Distrito Federal	976
17.6.3 Repartição direta de receitas da União com os Municípios	978
17.6.4 Repartição direta de receitas dos Estados com os Municípios	979
17.7 Casos de Repartição Indireta Previstos na Constituição Federal de 1988	987
17.7.1 Os fundos de participação e de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	988
17.7.2 O fundo de compensação à desoneração das exportações	993
17.8 Garantias de Repasse	995
17.9 O dever de repasse e as renúncias fiscais	996
18. O SIMPLES NACIONAL	999
18.1 Considerações Iniciais	999
18.2 Conceito	1002
18.3 Princípios expressos	1003

18.4	Definição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP	1005
18.5	As Condições de Enquadramento Diferenciado por Estado, DF ou município	1009
18.6	Vedações à opção	1010
18.6.1	Vedação plena	1011
18.6.2	Vedação parcial	1013
18.7	Opção pelo Regime	1016
18.8	Exclusão do Regime	1017
18.9	Tributos Incluídos na Sistemática	1019
18.10	Tributos Não Incluídos na Sistemática	1025
18.11	Tributos Sujeitos a Regras Específicas	1029
18.11.1	O Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras	1029
18.11.2	O Imposto de Renda sobre os rendimentos pagos aos sócios	1029
18.11.3	O ISS retido na fonte	1031
18.11.4	Abatimento da base de cálculo do ISS dos materiais fornecidos	1032
18.11.5	ISS e ICMS com valor fixo	1033
18.11.6	Possibilidade de concessão unilateral de isenção ou redução da COFINS, PIS/PASEP e ICMS para produtos da cesta básica	1034
18.11.7	Menor alíquota de IPTU para o Microempreendedor Individual – MEI	1034
18.12	Tributação monofásica, substituição tributária e exportação	1035
18.13	Situações abrangidas por imunidade objetiva	1036
18.14	Desoneração da aquisição de bens para o ativo imobilizado	1039
18.15	Percentuais de Incidência e Repartição das Receitas	1039
18.16	O microempreendedor individual – mei e a sistemática de recolhimento em valores fixos	1044
18.17	Obrigações Acessórias a Cargo do Optante	1046
18.18	Privilégio no cumprimento de novas obrigações	1048
18.19	Responsabilidade tributária solidária dos sócios na dissolução da sociedade	1049
18.20	Domicílio Fiscal Eletrônico	1051

18.21	Fiscalização Compartilhada	1052
18.22	Processo administrativo fiscal	1053
18.23	Processo Judicial	1054
18.24	Instâncias de gerência do simples nacional	1055
19.	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E LIBERDADE ECONÔMICA	1057
19.1	Elisão, evasão e elusão fiscais	1057
19.1.1	Elisão fiscal	1058
19.1.2	Evasão fiscal	1059
19.1.3	Elusão fiscal e abuso das formas	1061
19.2	Norma Geral Antielisão e Combate ao Abuso de Formas Jurídicas	1063
19.3	A Lei de Liberdade Econômica e sua mitigação perante o Direito Tributário	1067
19.3.1	Análise de Impacto Regulatório – AIR	1069
19.3.2	Detalhamento das exigências para desconsideração da personalidade jurídica	1071
BIBLIOGRAFIA		1073
APÊNDICE		1077